

**Percepção dos Contadores Quanto às Dificuldades de Competência Técnica por
Parte das Entidades do Terceiro Setor para a Implantação do SPED, em
Cumprimento à Instrução Normativa N° 1.510/2014**

AMANDA DE LIMA MARQUES DA SILVA

Universidade Federal de Pernambuco

ANA LÚCIA FONTES DE SOUZA VASCONCELOS

Universidade Federal de Pernambuco

MARCELO JOTA GOMES

Universidade Federal de Pernambuco

MÁRCIA FERREIRA NEVES TAVARES

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar a percepção dos contadores quanto às dificuldades de competência técnica por parte das entidades do terceiro setor para a implantação do SPED, em cumprimento à Instrução Normativa nº 1.510/2014. Desse modo, poderá contribuir para um maior entendimento dos problemas de competência profissional subjacentes à implantação do SPED, para uma maior compreensão visto que, para as organizações sem fins lucrativos, a obrigatoriedade é recente, bem como para sensibilizar profissionais da Contabilidade para a relevância de fomentar ações de educação continuada e a participação efetiva do controle interno dentro das organizações. A partir do ano de 2015, entidades do terceiro setor deverão entregar o SPED, como as empresas que se enquadram no regime de Lucro Presumido ou Lucro Real. A população estudada é constituída pelos operadores dos escritórios de contabilidade com atuação nas capitais brasileiras no ano de 2015, cadastrados juntamente à Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas. No estudo utilizou-se amostragem não probabilística do tipo por conveniência ou acessibilidade para obtenção do grupo de pesquisa. Para obtenção dessa amostra, foi enviada uma mensagem de correio eletrônico aos operadores de contabilidade de 140 escritórios pertencentes à diversas capitais brasileiras, entre outubro e novembro de 2015. A escolha dessa estratégia de amostragem justifica-se pela tentativa de maior alcance às diversas capitais e suas particularidades nas cartelas de clientes. As principais conclusões do estudo apontam que as maiores dificuldades percebidas pelos operadores de contabilidade é a falta de uma maior atuação e acompanhamento do controle interno da organização. Igualmente foram detectadas deficiências significativas quanto à formação técnica que, muitas vezes, não são compatíveis com os conhecimentos exigidos para implantação eficaz do sistema.

Palavras-chave: Sped. Competência técnica. Terceiro Setor.

1. INTRODUÇÃO

Instituído pelo Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, foi criado o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), sendo ele integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2007-2010) no tópico que diz respeito às medidas destinadas ao aperfeiçoamento e à desoneração do sistema tributário.

O SPED consiste na modernização da sistemática até então utilizada para o cumprimento das obrigações acessórias por parte dos contribuintes. Essa modernização é possível porque ele é um instrumento que passa a ser utilizado para unificar as atividades relacionadas à recepção, validação, armazenamento e autenticação dos livros que integram a escrituração contábil e fiscal dos agentes econômicos.

Visando o envio correto e tempestivo das informações contidas no SPED, torna-se preciso a existência de uma educação fiscal eficiente dentro da organização, bem como o acompanhamento e atuação contínua de seu controle interno. Existem diversas variações das obrigações acessórias de acordo com o ramo de atividade, a sua tributação, entre outros fatores, o que inclui também as organizações pertencentes ao Terceiro Setor.

Através da Instrução Normativa RFB nº 1.422/2013 ficou estabelecido que a partir do ano-calendário de 2014, todas as pessoas jurídicas, inclusive as entidades sem finalidade de lucro, deverão apresentar a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) de forma centralizada pela matriz. (Portal tributário, 2015)

As entidades do terceiro setor, então, devem entregar o SPED, como as empresas que se enquadram no regime de Lucro Presumido ou Lucro Real, em cumprimento à Instrução Normativa nº 1.510/2014. O Terceiro Setor, de acordo com Ioschpe (2000, p. 26), é um conceito utilizado no Brasil e em outros países, principalmente nos Estados Unidos da América, para designar o conjunto composto de organizações sem fins lucrativos, cujo papel principal é a participação voluntária, voltadas para a garantia do direito de cidadania da sociedade.

Diante da relevância das escriturações contábeis publicadas através do SPED e da obrigatoriedade para entidades do terceiro setor, a partir de 2015, a questão de estudo é apurar as principais dificuldades de competência técnica percebidas pelos profissionais da contabilidade que utilizam o sistema para envio das informações de entidades do terceiro setor, em cumprimento à Instrução Normativa nº 1.510/2014. Pretende-se ainda, destacar quais as características conflitantes para solucionar os problemas advindos do tema. Isso será feito através da análise por estratificação das respostas obtidas do questionário aplicado.

O trabalho está dividido em cinco tópicos sendo o primeiro a introdução onde é apresentado o objetivo da pesquisa; a revisão da literatura vem em seguida apresentando os conceitos necessários para compreensão do trabalho; a metodologia, onde é apresentado o desenho da pesquisa e o modo como esta foi realizada; a apresentação e discussão dos resultados em seguida e por último a conclusão do estudo onde também são apresentadas as limitações do trabalho e sugestões para pesquisas futuras.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Transformação das relações do governo através do programa governo eletrônico

Ocorreram fortes mudanças no modo de organização, isto é, gerenciamento, produção e comunicação das entidades ao longo das últimas décadas devido ao crescente uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), configurando a chamada “Era da informação” ou “Sociedade do conhecimento”. (MACHADO; ALMEIDA, 2010)

A adoção das TIC pelos governos tem o objetivo de atingir dois grandes propósitos: no âmbito interno, a melhoria da gestão organizacional e no âmbito externo, a melhoria dos serviços públicos prestados aos seus clientes. Esse esforço de reorganizar os processos tanto interno quanto externo com o uso da internet foi denominado de e-governo ou governo eletrônico.

Programas específicos do e-governo priorizam algumas metas em função das condições políticas, sociais e econômicas e das prioridades de desenvolvimento de cada país (CHAU; GRANT, 2005). O atingimento das metas estabelecidas ocorre ao longo do processo de maturação do e-governo e de uma forma não necessariamente sequencial. A sua evolução depende das particularidades do país onde essa maturidade é analisada.

O maior desenvolvimento do e-governo ao redor do mundo foi, a princípio, voltado para prover serviços de interesse das administrações tributárias, primeiro dos governos centrais e, depois, dos governos subnacionais. O Brasil segue essa tendência global, se levarmos em consideração que, em 1997, a Secretária da Receita Federal deu início ao recebimento das declarações de imposto de renda pela internet, como vários países desenvolvidos, inclusive os Estados Unidos. Aqui o Centro de Estudos sobre as Tecnologias e o uso da Informação e Comunicação (CETIC) divulga, com periodicidade, pesquisas que tratam do uso e evolução dessas tecnologias.

2.2 Competência profissional como fator de desenvolvimento satisfatório

As chamadas competências exigidas para todo profissional foram inicialmente estudadas a partir da área de psicologia com os artigos de McClelland (1973), Boyatzis (1982) e por Spencer e Spender (1993). Estes últimos autores elaboraram o chamado dicionário de competências de diversas profissões baseado em estudos empíricos. Os estudos sobre a competência profissional não podem ainda, serem considerados conclusivos, visto que a competência é um constructo em fase de construção. (CARDOSO, 2006; CARDOSO; RICCIO; ALBUQUERQUE 2009)

Uma das abordagens mais prestigiadas é a desenvolvida por Durant (1998) que considera competência um agregado de três componentes: Conhecimentos, Habilidades e Atitudes, conhecido pela sigla CHA, onde: CONHECIMENTO (C) – corresponde ao conjunto de informações assimiladas e estruturadas pelo indivíduo como consequência da formação e experiências acumuladas, que lhe permitem compreender o mundo e integrá-la em esquemas preexistentes, podendo ser entendida como o saber acumulado; HABILIDADES (H) – refere-se a capacidade de agir de acordo com os objetivos predefinidos, saber como fazer, ou seja, a aplicação do saber a uma ação ou atividade e ATITUDES (A) – refere-se ao comportamento e aspectos sociais e afetivos relacionados ao trabalho. (DURAND, 1998, p. 21)

Neste contexto, a formação do trabalhador torna-se importante aliada para as instituições e serviços, e é dessa forma que estas almejam cada vez mais profissionais com conhecimento avançado e qualidades comportamentais, aptos a resolverem problemas.

Para alguns autores, a competência é revelada no contexto das interações entre o indivíduo e a organização. Sob essa ótica, os insumos representados pelos conhecimentos, habilidades e atitudes são utilizados para se obter desempenho, representados pelos comportamentos, realizações e resultados, os quais geram a entrega de valor econômico e social. (BRANDÃO, BORGES-ANDRADE, 2007)

Fleury e Fleury (2001, p. 188) entendem que competência é “um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”.

2.2.1 Competências profissionais exigidas para implantação do SPED

Os indivíduos tendem a tomar decisão fazendo comparações entre dois entendimentos, focando sua atenção sobre as coisas mais fáceis de serem comparadas. Isso é um reflexo da tendência das pessoas no sentido de minimizar o esforço cognitivo. Esse fenômeno é conhecido como a heurística da ancoragem, ajustamento ou heurística da relatividade. (LUCENA; FERNANDES; SILVA 2010)

Cardoso e Riccio (2010) estudaram a existência de competências a serem priorizadas no desenvolvimento do contador, bem como analisaram se essa prioridade se altera entre homens e mulheres. As competências estudadas foram o planejamento, atendimento, saber ouvir eficazmente, contabilidade e finanças, negociação, trabalho em equipe, entre outros. O estudo concluiu que não existe uma ou outra competência a ser priorizada, mas um conjunto de competências que forma um profissional que pode indicar inexistência de competências a serem priorizadas.

A adoção do SPED implica um elevado grau de exposição ao fisco das informações fiscais, financeiras e contábeis das empresas. Nesse contexto, os responsáveis pela implantação do SPED necessitam assegurar que níveis satisfatórios de acurácia, consistência e aderência às normas legais serão atingidos.

Essa necessidade decorre da probabilidade de possíveis inconsistências e erros a serem prontamente detectados pelas autoridades fiscais, através de validações e cruzamento com informações extraídas de outras fontes, como por exemplo: instituições financeiras (Bancos e administradoras de cartões de crédito), fornecedores e clientes (tanto pessoas físicas quanto jurídicas), sistemas de compras públicas, órgãos reguladores e também dados disponibilizados por outros órgãos tributários. Dessa forma, a não observância de níveis satisfatórios de acurácia, consistência e aderência às normas legais pode expor a empresa a passivos e contingências fiscais, muitas vezes, de valores expressivos.

3. METODOLOGIA

Para Lakatos (2010, P. 43) “Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas”. Quanto às observações a pesquisa é classificada como sistemática, pois houve um planejamento prévio para seu desenvolvimento, tendo assim, objetivos e propósitos previamente definidos.

Com o intuito de atingir os objetivos propostos nesse estudo, o método de abordagem utilizado é o dedutivo, que segundo Silva (2010) é aquele realizado em três fases diferentes: com a observação dos fenômenos, buscando entender a causa de suas manifestações, além do processo de comparação dos fatos e a generalização onde

identificamos nos fatos semelhanças, muitas das quais não observadas. “O método dedutivo possibilita a explicação científica, que vem significar a descoberta do que é semelhante naquilo que em princípio parece dessemelhante” (LAKATOS, MARCONI, 1991, p.57).

O presente estudo pode ser caracterizado quanto aos objetivos em pesquisa exploratória e descritiva, em levantamento ou Survey quanto aos procedimentos e em quantitativa e qualitativa quanto à abordagem do problema.

O trabalho foi iniciado com uma revisão bibliográfica sobre a mudança na relação do governo a partir da evolução na sua forma de receber as informações de seus contribuintes, seguido da obrigatoriedade a qual o terceiro setor está sujeito a partir da criação do SPED. Posteriormente, foi feita uma pesquisa de campo na qual foram levantadas as perspectivas dos profissionais que enviam essas informações solicitadas pelo SPED das organizações do terceiro setor. Por fim, foi realizada uma análise e discussão dos fatores apontados pelos entrevistados com relação ao conhecimento técnico referente à implantação do sistema.

A pesquisa concentrou-se nos contadores dos escritórios de contabilidade com atuação nas capitais brasileiras no ano de 2015, cadastrados juntamente à Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas. Na coleta de dados da pesquisa utilizou-se de entrevista do tipo estruturada, com aplicação de um questionário aos participantes. O uso desse tipo de instrumento possibilita obter informações acerca de sentimentos, crenças, opiniões, expectativas, conhecimentos, habilidades, etc. (SEVERINO, 2007; GIL, 2010). Para que fosse realizada a análise de dados alcançados, foram efetuadas estratificações da amostra com relação aos cargos dos respondentes e ao porte dos escritórios em questão. Dessa forma, pretende-se tornar a visualização das dificuldades apontadas pelos contadores mais clara e precisa.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Ao longo da pesquisa, foram enviados 140 questionários para escritórios das principais capitais brasileiras de todas as regiões e foram obtidas 42 respostas para a amostra. Na região Nordeste, 21 profissionais responderam ao questionário aplicado, representando um percentual de 52%. Já da região Norte, foram alcançadas 6 respostas e da região Sudeste, foram 7 respostas. Por sua vez, tanto da região Sul quanto da região Centro-Oeste, foram obtidas 4 respostas, representam 10% da amostra.

Visando uma melhor compreensão da pesquisa, as amostras serão estratificadas por cargo dos respondentes do questionário aplicado, bem como por porte dos escritórios onde trabalham. Vale ressaltar que a amostragem estratificada consiste essencialmente em pré-determinar quantos elementos da amostra serão retirados de cada estrato. A estratificação pode levar em conta mais de um critério.

4.1 Por cargo

Da amostra alcançada, houve uma ampla variação com relação aos cargos dos respondentes, como sumariza a figura 1 através de dados extraídos da pesquisa.

Figura 1 – Cargo dos respondentes do questionário

Dados da pesquisa: Autor.

Com relação às percepções dos proprietários que responderam ao questionário, foi notado que 2 informam não possuir conhecimento satisfatório com relação ao Decreto nº 6.022/07 e Instrução Normativa nº 1.510/14, porque apenas leram a respeito ou ainda não sentiram a necessidade de aprofundar seus conhecimentos a respeito.

Os proprietários apontaram alguns fatores como determinantes para suas maiores dificuldades.

Figura 2 – Dificuldades na implantação do SPED para os proprietários

Dados da pesquisa: Autor.

A partir da percepção dos proprietários, pôde-se concluir que 2 deles apontam que suas maiores dificuldades na implantação do SPED estão concentradas no alto custo de implantação, as particularidades e variações do conteúdo por entidade e o prazo de transmissão e implantação estabelecido pela Receita Federal do Brasil. Também pôde-se notar que 1 sente algumas dificuldades com relação à legislação relativa ao sistema, como foi verificado anteriormente que 2 não possuem um conhecimento satisfatório; à cultura e comprometimento interno do escritório; à qualidade da informação gerada e também dos cadastros internos de clientes, fornecedores e produtos.

Sabe-se que a adoção do SPED implica um elevado grau de exibição ao fisco das informações fiscais, financeiras e contábeis das empresas. Nesse contexto, os responsáveis pela implantação do SPED necessitam assegurar que níveis satisfatórios de acurácia, consistência e aderência às normas legais serão atingidos. Logo, os 2 proprietários dos escritórios que não possuem conhecimento satisfatório, devem buscar a melhoria da sua formação técnica visando aumentar o nível de qualidade dos serviços prestados em seus escritórios e por seus colaboradores.

Essa necessidade decorre da probabilidade de possíveis inconsistências e erros serem prontamente detectados pelas autoridades fiscais, através de validações e cruzamentos com informações extraídas de outras fontes.

Foi possível concluir também que a maioria, 6 desses 13 escritórios, fazem treinamentos voltados para as alterações que ocorrem nas normas com o intuito de minimizar erros ou possíveis atrasos no envio das informações para o SPED. Já 4 deles fazem treinamentos apenas quando são observadas dificuldades ou dúvidas. E cerca de 3 não sentiram a necessidade de serem feitos treinamentos referentes à implantação do sistema nos escritórios.

De acordo com esses proprietários, o conhecimento técnico do profissional contábil é o fator mais responsável pelo sucesso na implantação do SPED, sucesso esse que se refere a um envio tempestivo e fidedigno de 90% das entidades, seguido da atuação e acompanhamento do controle interno do escritório e, por fim, da realização de treinamento efetivo dos envolvidos na implantação. Na ocorrência do envio das informações inferior à 50%, os proprietários apontam como principais causas as particularidades das entidades e a falta de conhecimento técnico sobre o SPED.

Figura 3 – Fatores de insucesso na implantação para os proprietários

Dados da pesquisa: Autor.

Esses proprietários apontam também que a inexistência de atuação do controle interno pode ser um fator tão determinante para o insucesso quanto o desconhecimento de parte das normas relativas ao sistema e sua obrigatoriedade para o terceiro setor. Eles apontam a realização de um planejamento em torno de todas as áreas envolvidas na implantação como o principal meio para solucionar problemas onde pode-se haver maiores dificuldades, seguido da criação de um grupo ou comitê de organização que vise exclusivamente os projetos do SPED e, por último, a participação dos profissionais da contabilidade em fóruns relacionados ao assunto e seus componentes.

Analisando os questionários que foram respondidos pelos gerentes dos escritórios de contabilidade, pôde-se concluir que 7 deles possuem conhecimento excelente ou adequado com relação ao Sistema Público de Escrituração Digital e sua obrigatoriedade para o terceiro setor, enquanto que 1 dizem possuir um conhecimento regular sobre o assunto através de leituras próprias e 2 não possuem conhecimento suficiente mas pretendem buscar ou ainda não sentiram necessidade. Com relação as suas maiores dificuldades na implantação do SPED, os gerentes também apontaram as particulares e variações das entidades como um fator relevante, conforme ilustra a figura 4.

Figura 4 – Maiores dificuldades dos gerentes

Dados da pesquisa: Autor.

Pôde-se concluir que os gerentes apontam o mesmo grau de dificuldade com relação aos cadastros internos das entidades, a qualidade da informação gerada, a compreensão da legislação e, também, a falta de conhecimento técnicos das equipes que lidam com o sistema. Segundo o estudo, 3 de seus escritórios fazem treinamentos quando ocorrem mudanças nas normas para evitar ou minimizar erros e atrasos, enquanto que 4 fazem treinamentos apenas quando existem dificuldades com relação ao assunto e 3 não costumam fazer treinamentos voltados para a implantação do SPED.

Eles apontam que a atuação e acompanhamento do controle interno do escritório é o principal fator responsável pelo sucesso na implantação e envio do SPED, seguido do conhecimento técnico dos contadores e do treinamento efetivo dos profissionais que utilizam o sistema.

Para os gerentes, com relação aos fatores que são possíveis responsáveis pelo insucesso no preenchimento e envio do SPED das entidades do terceiro setor se destacam as particularidades que cada uma delas pode vir a ter, além do desconhecimento de parte das normas pertinentes por parte dos profissionais da contabilidade.

Figura 5 – Fatores responsáveis pelo insucesso na implantação do SPED no Terceiro Setor

Dados da pesquisa: Autor.

Na percepção dos gerentes que responderam à pesquisa, um treinamento adequado para os que utilizam o SPED é tão crucial para o bom desempenho das atividades relativas à ele quanto uma atuação efetiva do controle interno do escritório e o conhecimento técnico pertencente aos contadores. Para eles, a solução mais efetiva para os casos onde foram percebidas maiores dificuldades com relação à implantação do SPED é a realização de um planejamento em torno de todas as áreas envolvidas no projeto, seguida da criação de um grupo dentro da organização dedicado exclusivamente

às exigências do SPED e, por último, a participação em fóruns sobre o sistema e seus componentes

Levando em consideração apenas os questionários respondidos por auxiliares, analistas e coordenadores dos escritórios, pôde-se perceber que apenas 1 deles informam que o seu nível de conhecimento a respeito do Decreto nº 6.022/07 e da Instrução Normativa nº 1.510/2014 é ruim, já que não tiveram ainda a necessidade de buscar conhecimento sobre o assunto (conforme ilustra a Figura 6). Vale ressaltar que a não observância de níveis satisfatórios de acurácia, consistência e aderência às normas legais pode expor a empresa a passivos e contingências fiscais, muitas vezes, de valores expressivos.

Figura 6 – Grau de conhecimento sobre o Decreto nº 6.022/07 e a IN nº 1.510/14

Dados da pesquisa: Autor.

Os que dizem ainda não ter conhecimento mas possuir o interesse de buscar posteriormente totalizam 4. Os que possuem conhecimento com leituras próprias correspondem à 3. Já 5 têm formação técnica, mas ainda não puderam aplicar com as entidades. E, por fim, 6 possuem total conhecimento sobre o assunto, embora ainda estejam em fase de aplicação com as entidades que são clientes dos escritórios onde trabalham. Nenhum dos respondentes, nesse caso, informou ter o grau excelente de conhecimento com relação às normas.

No que tange os problemas percebidos por esses auxiliares, analistas e coordenadores na implantação do sistema para entidades do terceiro setor, o alto custo de implantação, a cultura e comprometimento interno e o prazo de implantação estabelecido pela Receita Federal foram apontados significativamente em um nível alto de dificuldade.

A Figura 7 ilustra a forma com a qual é priorizado o planejamento para envio do SPED nos escritórios onde esses contadores trabalham.

Figura 7 – Realização de treinamentos para envio do SPED

Dados da pesquisa: Autor.

A pesquisa mostra que 8 dos escritórios onde esses contadores trabalham fazem treinamentos voltados para as alterações ocorridas na norma para que não haja erro ou atraso ao enviar as informações do sistema. Já 6 deles apenas fazem treinamentos nesse sentido quando são observadas dúvidas ou dificuldades significativas, enquanto que 5 não costumam fazer treinamentos por não terem sentido a necessidade de fazê-lo.

A realização de treinamentos faz parte do planejamento que deve ser elaborado por todas as organizações afim de acompanhar de forma objetiva a realização das atividades, evitando assim erros e problemas futuros.

Com relação aos fatores que são responsáveis pelo sucesso na implantação e envio do SPED, os analistas, auxiliares e coordenadores apontam o conhecimento técnico do profissional como mais relevante, conforme mostra a Figura 8.

Figura 8 – Fatores para sucesso na implantação segundo analistas, auxiliares e coordenadores

Dados da pesquisa: Autor.

Para cerca de 10 desses profissionais, a atuação do controle interno do escritório também é relevante para que ocorra sucesso na implantação e envio do SPED. E 9 acreditam que a realização de treinamentos é fato de sucesso.

Segundo o CFC (2004, p. 87), “no âmbito das Entidades de Interesse Social, o controle interno pode ser executado por uma estrutura concebida com essa finalidade ou pelas demais estruturas como conselho fiscal, conselho curador ou até mesmo pela assembleia”. Os controles podem explicar possíveis erros ocorridos ou que possam vir a ocorrer na execução de tarefas e atividades, por falta de conhecimento adequado, negligência ou mesmo por má-fé. Dessa forma, a atuação do controle interno é de fato necessária para que ocorra o esperado sucesso na implantação do SPED.

Na ocorrência de envio das informações inferior ao esperado, esses profissionais apontam a falta de maior conhecimento técnico como principal causa (Figura 9).

Figura 9 – Causas do insucesso na implantação e envio do SPED para os analistas, auxiliares e coordenadores

Dados da pesquisa: Autor.

Esse grupo da amostra acredita que a inexistência da atuação do controle interno, as particularidades das entidades e a falta de treinamento representam o mesmo nível de relevância quando se trata do insucesso no envio ou na implantação do sistema. Para eles, o desconhecimento de partes das normas pertinentes ao SPED e sua obrigatoriedade para o terceiro setor representa 31% das causas de falhas nessas etapas do sistema.

A realização de um planejamento em torno de todas as áreas envolvidas no projeto como meio de solucionar casos onde existem dificuldades representa cerca de 17 desse grupo da amostra. Enquanto que 9 apontam a criação de um comitê dentro da organização, exclusivo para os assuntos pertinentes ao sistema. E 3 deles acreditam que a participação em fóruns sobre o SPED é um melhor de solucionar tais problemas com a sua implantação nas entidades do terceiro setor.

4.2 Por porte

Obteve-se uma grande variação com relação ao porte dos escritórios onde trabalham os contadores respondentes, conforme elucida a figura 10 a seguir.

Figura 10 – Quantidade de funcionários por escritório

Dados da pesquisa: Autor.

Da amostra alcançada, 31 dos respondentes trabalham em escritórios de maior porte, com um quadro de mais de cinco funcionários. Enquanto que 10 deles são de porte médio, com três a cinco funcionários, e apenas 1 tem até dois funcionários no escritório.

Com relação ao período em que se encontram no mercado, 12 escritórios da amostra atuam há mais de 21 anos, 11 escritórios de 6 à 10 anos, 10 escritórios de 11 à 15 anos, 5 atuam de 16 à 20 anos e apenas 4 deles estão no mercado de 1 à 5 anos.

O escritório de pequeno porte, com até dois funcionários, é localizado no Norte do país e possui em sua cartela de clientes associações e organizações religiosas que, por sua vez, solicitam serviços de Plano de contas personalizado, escrituração contábil das receitas e das despesas, escrituração contábil digital – ECD de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal IN nº 1420 de 2013, atendimento dos preceitos legais da contabilidade das Entidades e relatórios Contábeis específicos para entidades sem fins lucrativos.

O respondente deste escritório foi o seu proprietário. Ele informa que tem formação técnica com relação ao Sistema Público de Escrituração Digital e experiência com de aplicação com as entidades que são seus clientes, tendo conhecimento total de sua obrigatoriedade, através da Instrução Normativa nº 1.510/2014.

Com relação as suas dificuldades, ele apontou ter algumas no que tange o entendimento da legislação relativa ao sistema/ Leiaute e também as particularidades e variações do conteúdo por entidade. Foram considerados como fatores que geram poucas dificuldades o alto custo de implantação do sistema, a cultura e o comprometimento interno e a falta de estrutura para geração e armazenamento dos arquivos.

Segundo esse respondente do escritório de pequeno porte, são feitos treinamentos voltados para as alterações ocorridas na norma para que não haja erro ou atraso ao enviar as informações. Ele considera que o conhecimento técnico do profissional contábil é o principal fator determinante para que ocorra sucesso na implantação e envio das informações do SPED. O desconhecimento de parte das normas pertinentes e a falta de maior conhecimento técnico dos envolvidos na implantação são apontados como responsáveis no caso de haver insucesso com o processo. Segundo essa parte da amostra, a realização de um planejamento em torno de todas as áreas envolvidas no projeto é a solução para que sejam diminuídas ou cessadas as dificuldades dos contadores.

Com relação aos contadores de escritórios de médio porte, os que representam 24% da amostra, pôde-se notar que apenas 1 diz ter formação técnica e estar em fase de aplicação com as entidades. Os que dizem ter conhecimento do que tratam as normas, mas ainda não aplicaram com as entidades correspondem à 3 da amostra. Os que possuem conhecimento com leituras próprias representam 2 dos profissionais da amostra, bem como os que não têm formação técnica mas pretendem buscar futuramente. Já 2 desse grupo da amostra diz não ter conhecimento a respeito porque ainda não houve a necessidade. A falta de equipe e usuários sem o devido conhecimento técnico foi a maior dificuldade com relação à implantação do SPED apontadas pelos contadores dos escritórios de médio porte.

Figura 11 – Dificuldades dos escritórios de médio porte na implantação do SPED

Dados da pesquisa: Autor.

As outras dificuldades mais percebidas pelos contadores de escritórios de médio porte foram o entendimento da legislação relativa ao sistema, as particularidades e variações do conteúdo por entidade, o prazo de implantação e transmissão estabelecido pela Receita Federal e o alto custo de implantação. Foi apurado que 5 destes escritórios não costumam fazer treinamentos voltados para o SPED porque ainda não sentiram essa necessidade. Já 3 fazem treinamentos devido constantes alterações que ocorrem nas normas e 2 fazem apenas quando verificam que existem dificuldades ou dúvidas constantes.

Cerca de 8 destes contadores acreditam que o conhecimento técnico do profissional contábil é fator crucial para o sucesso tanto na implantação quanto no envio das informações para o sistema. Apenas 2 acreditam que o treinamento efetivo dos

usuários é responsável por esse sucesso e 7 entendem que a atuação e o acompanhamento do controle interno do escritório são os fatores mais essenciais.

Na ocorrência do insucesso com relação ao envio das informações, esses profissionais apontam que a quantidade de particularidades das entidades é a possível causa.

Figura 12 – Causas para o insucesso na implantação do SPED

Dados da pesquisa: Autor.

A falta de atuação do controle interno representa 7 das respostas alcançadas com relação a essas causas. Apontado por 5 dos respondentes desse grupo de escritórios, o desconhecimento de algumas ou várias partes das normas relativas ao SPED e sua obrigatoriedade para o terceiro setor também é um fator relevante.

A percepção desses contadores com relação a atuação do controle interno é válida quando pode-se notar que toda organização, seja ela com ou sem fins lucrativos, deve organizar os procedimentos e métodos de controle conforme sua realidade e necessidades, mantendo um constante acompanhamento das operações a fim de detectar se estão sendo obedecidos todos os procedimentos adequados ao registro de informações.

Para a maioria deles, uma possível solução para os problemas relacionados ao sistema seria a realização de um planejamento em torno de todas as áreas envolvidas no projeto.

O grupo de respondentes pertencente aos escritórios de grande porte, aqueles que representam 31% da amostra, possuem em sua maioria formação técnica, mas estão em fase de aplicação com as entidades. Apenas 2 deles possuem formação técnica e experiência no envio da ECD, enquanto que 12 possuem formação, mas ainda não aplicaram com as entidades. Os que dizem ter conhecimento apenas com leituras próprias representam 9 dos profissionais contábeis da amostra desse grupo. Já 6 não possuem conhecimento a respeito do SPED e sua obrigatoriedade para o terceiro setor, mas pretendem buscar futuramente e 2 não tiveram a necessidade ainda. Esses dados nos mostram que poucos profissionais que lidam com o sistema possuem de fato experiência com o mesmo e suas obrigações.

Dentre as maiores dificuldades percebidas pelos escritórios de grande porte estão: a cultura e o comprometimento interno, o alto custo de implantação, a qualidade da informação gerada e o prazo de implantação e transmissão estabelecido pela Receita Federal. Foi notado que 13 desses escritórios fazem treinamentos voltados para as mudanças normativas visando um melhor desempenho com o sistema, enquanto que 12 fazem apenas quando surgem dificuldades ou dúvidas pertinentes e 6 não costumam fazer treinamentos porque ainda não sentiram essa necessidade.

Para os escritórios de grande porte o principal fator responsável pelo sucesso na implantação e no envio do SPED é o conhecimento técnico do profissional contábil.

Figura 13 – Fatores de sucesso com o SPED para os escritórios de grande porte
Dados da pesquisa: Autor.

A atuação e acompanhamento do controle interno do escritório também foi significativamente apontado como fator responsável pelo sucesso com o sistema, seguido do treinamento efetivo com aqueles que fazem uso dele.

As principais causas apontadas por esse grupo da amostra na ocorrência do envio das informações do SPED inferior à 50% são a falta de conhecimento técnico e a inexistência de atuação do controle interno. Em seguida, vieram o desconhecimento de parte das normas, a falta de treinamento e, por último, a quantidade de particularidades das entidades.

Para eles, a realização de um planejamento em torno de todas as áreas envolvidas no projeto é a melhor forma de solicitar os casos em que foram percebidas dificuldades com relação a implantação do sistema. Em seguida, eles apontaram a criação de um grupo ou comitê dentro da organização que seja exclusivo para projetos relacionados ao SPED. Por fim, viria a participação em fóruns sobre o assunto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou analisar a percepção dos contadores de escritórios das capitais brasileiras quanto às dificuldades de competência técnica para implantação do SPED nas entidades do Terceiro Setor.

De acordo com os dados obtidos, as principais conclusões do estudo apontam que as maiores dificuldades dos contadores giram em torno da formação técnica que, muitas vezes, não são compatíveis com os conhecimentos exigidos pela implantação eficaz do SPED no Terceiro Setor e da falta de uma maior atuação do controle interno da organização. Para chegar a essa constatação, um grupo de profissionais da área foi estudado. O instrumento de pesquisa foi aplicado utilizando um questionário elaborado via google docs.

Percebe-se que a maioria desses contadores afirma ter ciência do Decreto nº 6.022/07 e da Instrução Normativa nº 1.510/14, entretanto estão em fase de aplicação com as entidades. Além dessa maior necessidade de formação, verificou-se que eles apontam que a atuação do controle interno deve ser mais ativo afim de melhorar os resultados futuros.

A cultura e o comprometimento interno também foram apontados como algo que precisa ser abordado com maior frequência e priorizado em meio as mudanças normativas que ocasionam novas necessidades dentro das organizações.

O prazo de implantação do SPED para entidades do terceiro setor estabelecido pela Receita Federal e as particularidades das entidades são fatores levantados por respondentes de todos os cargos quando se trata das dificuldades percebidas ao longo da utilização do sistema.

Como sugestão para futuras pesquisas, pode-se apontar: estudos que busquem avaliar a influência de outras variáveis na competência dos profissionais da contabilidade no Terceiro Setor.

Os achados da pesquisa sugerem que outras variáveis poderão ser incorporadas ao estudo com o intuito de melhor descrever a competência profissional relacionada ao SPED, tais como: grau de formação do operador; estrutura de Tecnologia da Informação; dimensão da equipe de trabalho; tipos de consultoria especializada disponível e informações específicas referentes à educação continuada.

6. REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Hugo Pena; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. **Causas e efeitos da expressão de competências no trabalho: para entender melhor a noção de competência.** Revista de Administração Mackenzie, v. 8, n. 3, p. 32-49, 2007.
- CARDOSO, Ricardo Lopes, RICCIO, Edson Luiz. **Existem competências a serem priorizadas no desenvolvimento do contador: um estudo sobre os contadores brasileiros.** Revista de Gestão, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 353-367, jul/set. 2010. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36712/39433>>. Acesso em: 19 jul. 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social.** 2.ed. Brasília: CFC, 2004. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/uparq/Livro_ManualFundacoes2ed.pdf> Acesso em: 09 out. 2015.
- DURAND, Thomas. **The Alchemy of Competence, in Strategic Flexibility: Managing in a Turblent Enviroment.S.I:** Thomas editors, John Wiley, 1998.
- FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. **Construindo o conceito de competência.** Revista de Administração Contemporânea (RAC), Curitiba, v. 5, edição especial, p. 183-196, 2001.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade e. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LUCENA, Wenner Gláucio Lopes; FERNANDES, Maria Sueli Arnoud; SILVA José Dionísio Gomes da. **A contabilidade comportamental e os efeitos cognitivos no processo decisório: uma amostra com operadores da contabilidade.** Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 7, n. 3, p. 41-58, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/issue/view/225/showToc>> Acesso em: 30 set. de 2015.
- MACHADO, Luiz Pinto; ALMEIDA, António. **Turismo: inovação e novas tecnologias. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação Consultoria Empresarial e Fomento da Inovação,** 2010.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Escrituração Contábil Digital**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/ecf-escrituracao-contabil-fiscal.htm>> Acesso em: 20 out. 2015

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Gilberto Magalhães filho. **Nível de conhecimento dos contadores em relação ao Sped: Um estudo por meio da teoria de resposta ao item**. São Paulo, 2015.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.